

ANTILUSOFONISMO

RESUMO:

O antilusofonismo, entendido como a resistência à Língua Portuguesa, é tão antigo quanto a própria colonização realizada por Portugal. Em sua origem, representou a reação dos povos autóctones à língua trazida pelo conquistador. A maioria das colônias portuguesas conservaram suas línguas originais, além do português. No Brasil, até o século XVIII houve uma língua nacional, a sistematização do tupi pelos jesuítas, que ficou conhecida como “língua geral” ou “*nheengatu*”, de forma que por muito pouco não temos um país bilíngue. Hodiernamente, o antilusofonismo carrega o ranço característico do pós-colonialismo, uma memória constante de um passado sob dominação. De forma mais contundente, o chamado “acordo ortográfico” mostrou uma outra face do fenômeno, nas acirradas disputas entre aqueles que se julgam com mais direito à língua portuguesa, bem como nas acusações do seu mero desdenhar.

Palavras-chave: língua portuguesa; colonialismo; acordo ortográfico.

ANTI-LUSOPHONISM

ABSTRACT:

Antilusophonism, conceived as a resistance to the Portuguese language, is something as old as Portuguese colonization itself. In its origin, it represented the reaction of autochthone peoples to the language brought by the conqueror. The majority of Portuguese colonies preserved their original language besides Portuguese. In Brazil, until the eighteenth century, there was a national language, the systematization of “tupi” by the jesuits, which came to be known as “língua geral” or “*nheengatu*”, in such a way that we could have been a bilingual country. Nowadays, antilusophonism carries the characteristic taste of postcolonialism, a constant memory of a past under domination. In a more incisive form, the so called “orthographic agreement” showed the other side of the phenomenon in the hard disputes between those who claim to have rights over the Portuguese language, as well as the accusations of mere disdain in relation to its users.

Keywords: Portuguese language; colonialism; orthographic agreement.

ANTILUSOFONISMO

RESUMEN:

El antilusofonismo, entendido como la resistencia a la Lengua Portuguesa, es tan antiguo como la colonización que se llevó a cabo por Portugal. En su origen, representó la reacción de los pueblos autóctonos a la lengua traída por el conquistador. La mayoría de las colonias Portuguesas conservaron sus lenguas originales, además del portugués. En Brasil, hasta el siglo XVIII hubo una lengua nacional, la sistematización del tupi por los jesuitas, que llegó a ser conocida como “Lengua General” o “*nheengatu*”, así que por muy poco no tenemos un país bilingüe. Hoy en día, el antilusofonismo carga el rancio característico del pos-colonialismo, un constante recuerdo de un pasado bajo la dominación. De forma más contundente, el llamado “acuerdo ortográfico” mostró otra cara del fenómeno, en los conflictos entre quienes creen tener más derecho a la lengua portuguesa, así como en las acusaciones de su mero despreciar.

Palabras claves: lengua portuguesa; colonialismo; acuerdo ortográfico.

O ANTILUSOFONISMO ESTÁ LIGADO principalmente ao contexto de pós-colonização. As nações que tiveram Portugal como sua antiga metrópole viam na língua portuguesa a fala do conquistador. Contudo, faz parte deste ambiente de nações independentes o sentimento contraditório, até mesmo paradoxal, de “amor e ódio” para com a língua dos portugueses. Por um lado, o senso de independência é imbuído da utopia do expurgo de todo e qualquer elemento visto como do colonizador, agora classificado como “estrangeiro”, como se fosse possível aos ventos de liberdade apagar a história e os eventos da colonização que esculpiram a nação agora emancipada. Por outro, a adoção de uma língua europeia significava ascensão social e maiores possibilidades de desenvolvimento individual e nacional. A literatura já existente e a educação, desde os seus níveis fundamentais até o que havia de academicismo, acontecia dentro dos limites da Língua Portuguesa. Excetuando-se o Brasil, que alcançou sua independência no início do século XIX, as antigas colônias portuguesas, já chamadas províncias de Além Mar, só assumiram autonomia política no final do século XX e experimentam, ainda hoje, tal sentimento dual.

Nestas nações mais jovens, o antilusofonismo manifesta-se também em um aspecto muito prático e todo peculiar, qual seja, a concorrência entre a língua portuguesa e a preferência à comunicação por meio das várias línguas nativas faladas. Em Angola, além do Português, são falados o Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote, Nganguela etc., além de inúmeros dialetos; em Cabo-Verde falam-se também o cabo-verdiano ou crioulo; em Guiné-Bissau são falados também o Crioulo, o Mandjaco, a Mandinga e outros; em Guiné-Equatorial falam-se o Espanhol (oficial), francês, português, inglês, fangue, combe, balenque; em Moçambique, além do português, são falados o cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou *shimakonde*), kimwani, macua (ou *emakhuwa*), memane, suaíli (ou *kiswahili*), suazi (ou *swazi*), xichanga, xironga, xitswa e zulu; em São-Tomé e Príncipe são falados o forro (ou são-tomense, um crioulo de origem portuguesa), o angolar, o tonga e

o monco; por fim, em Timor-Leste falam-se o tétum, o ataurense, o baiqueno, o becais, o búnaque, o cauaimina, o fataluco, o galóli, o habo, o idalaca, o lovaia, o macalero, o macassai, o mambai, o quémaque e o tocodede. No Brasil a língua portuguesa praticamente não enfrenta qualquer concorrência, a não ser em tribos indígenas que ainda preservam intocada boa parte de sua cultura.

O antilusofonismo deve ser entendido mais propriamente ligado à reação contra a ideia de padronização linguística dos países de fala portuguesa, pois entende que em cada país colonizado por portugueses houve não apenas a imposição da língua, mas seu “enriquecimento” pela assimilação vernacular e simbólica de elementos das línguas faladas pelos povos nativos, sendo, pois, virtualmente impossível qualquer unificação. Por causa disso, dificilmente alguém conseguirá tal grau de comunalidade. Ao invés disso, os defensores da lusofonia propõem “aproximações” das línguas portuguesas faladas nos países que foram colônias portuguesas, na tentativa de reconhecer elementos do imaginário e simbólicos comuns na busca de pontos de identidade ou de identificações entre as diversas culturas expressas em Português. Todavia, há grande fobia por parte de muitos que temem segundas e terceiras intenções que podem estar ocultas mesmo do diálogo lusófono supostamente bem-intencionado. Não é necessário comparar os diferentes tipos de Português falados nas ex-colônias. Mesmo uma modalidade de língua portuguesa está longe de ter harmonia interna. Tomando como exemplo o Português falado no Brasil, percebe-se enorme riqueza e complexidade. Para falar de apenas uma ocorrência, houve a prevalência de uma língua nacional, que nada mais foi que o tupi-guarani adaptado pelos jesuítas. No Brasil quincentista, o tupi era o grupo linguístico mais representativo na costa brasileira. Devido à intervenção dos jesuítas, sistematizando a gramática da língua, passou a ser conhecida como “língua geral”, também chamada de *nheengatu*, o mais significativo canal de comunicação entre os colonizadores e os povos nativos, bem como daqueles para com os mestiços. Na opinião de Antonio Candido, o Brasil poderia, por causa disso, ter se tornado bilíngue, da mesma forma que ocorreu com o Para-

guai. Esta possibilidade é ainda mais plausível especialmente quando é levada em conta a “onipresente” catequese jesuítica. Todavia, uma língua nacional não estava nos planos da metrópole, que via na imposição de seu idioma um meio de domínio e de padronização cultural. Por causa disso, a “língua geral” foi proibida no Século XVIII, especialmente nas regiões onde era mais falada (CANDIDO, 2010, p. 20).

Uma vez que na costa brasileira predominava a língua geral, José de Anchieta e os demais missionários adotavam quase sempre o tupi como vernáculo de seus poemas. No entanto, tratava-se de uma construção híbrida, que tomava como base poética uma estrutura semelhante à das medidas trovadorescas ibéricas mais populares, mas utilizando palavras tupis e acentos, ritmo e pausas da língua portuguesa. Aculturar pode ser compreendida como sinônimo de traduzir (BOSI, 1992, pp. 64, 65). Dessa forma, devemos entender que o antilusofonismo é tão antigo quanto a colonização portuguesa. A terra “fala”, quer “falar” e acaba por viabilizar isso de alguma forma. No caso da colônia Brasil, Elisa Frühalf Garcia argumenta que não era possível estabelecer comunicação confiável utilizando o português até a década de 1750. O motivo disso, explica, era a predominância da língua geral, o idioma que se tornou peculiar da sociedade colonial brasileira, nascida, como vimos, de acomodações entre o tupi e a língua dos colonizadores. Deve ser enfatizado que não se trata da língua falada apenas pelos ameríndios, mas por vastos contingentes da população da época. Nas regiões de São Paulo e do Amazonas, a abrangência de seu uso era tamanha que o governo português via-se na obrigação de utilizar intérpretes quando alguma autoridade precisava tratar qualquer assunto oficial (GARCIA, 2007, p. 24).

Com o objetivo explícito de aculturar os indígenas formatando-os como integrantes da sociedade portuguesa, aquele que viria a ser o Marquês de Pombal, à época o ministro Sebastião José de Carvalho, preparou uma série de medidas que, após implementadas, ficaram conhecidas como o Diretório, publicado em 3 de maio de 1757, depois transformado em lei em 17 de agosto de 1758. O governo português ordenou sua observância a todas as povoações indígenas do Pará e

do Maranhão. Para tanto, foram implantadas escolas em aldeias para ensinar a língua e a cultura portuguesa às crianças. A “pedagogia” portuguesa incluía castigos físicos. Concebidas originalmente para a parte norte da colônia, quando as diretrizes foram transformadas em diretório, foram ordenadas a todo o Brasil da época. Objetivando a total integração dos ameríndios à sociedade, pretendia aniquilar as diferenças entre índios e brancos, não apenas as discriminações. O alvo a longo prazo era alcançar a homogeneização da população, tanto na questão física, incentivando a miscigenação, como na questão comportamental. Dessa forma, os casamentos interétnicos eram estimulados. As aldeias perderam seu formato original e foram transformadas em vilas portuguesas. O mestiço deveria ser dignificado acima do índio, considerado até mesmo superior, cabendo-lhe a exclusividade de cargos nas antigas aldeias recém-remodeladas em vilarejos. A comum expressão “negro da terra” aplicada aos índios, que pretendia equipará-los socialmente ao escravo africano, não poderia mais ser usada, pois foi considerada depreciativa. Foi neste contexto que se deu a proibição da utilização da Língua Geral. Acreditava-se que o uso do idioma nativo estava necessariamente atrelado ao modelo de vida indígena, dificultando assim a aculturação pretendida. De igual forma, pensava-se que a assimilação do idioma dos portugueses, ainda que pela imposição, contribuiria para a civilização dos costumes. Por fim, cria-se que, uma vez tornados falantes da língua portuguesa, as populações assumiriam uma postura política condizente, isto é, seriam súditos leais da Coroa Portuguesa (GARCIA, 2007, p. 24, 25).

Depois da almejada independência em 1822, o nacionalismo no Brasil estava em alta, típico de uma recém-nascida nação. A independência da língua é vista como tão importante quanto a independência política. No campo da literatura, não tardou a surgirem tendências que podem ser entendidas como, em alguma medida, antilusófonas. Antonio Candido explica que logo passou-se a enfatizar elementos tipicamente brasileiros. Segundo ele, tratava-se de uma luta contra o fato inegável de que a literatura brasileira fazia parte das literaturas do Ocidente da Europa. Tentava-se, com todas as forças, a negação do parentesco europeu, como se

fosse possível iniciar algo inteiramente novo, quase *ex nihilo* e “adâmico”, estado ideal de um começo absoluto. Aparentemente havia uma pressão auto-imposta para a distinção, uma face brasileira cujas feições pudessem ser reconhecidas pelos estrangeiros, a construção de uma personalidade ou identidade nacional que, não raro, é impulsionada pela sincera ignorância dos apaixonados por uma causa. No entanto, argumenta Antonio Candido, diante da impossibilidade de se ocultar a paternidade, embora modificada pelas peculiaridades do Novo Mundo, a literatura brasileira era parte integrante do conjunto de literaturas ocidentais. Assim, ao contrário das literaturas portuguesa, francesa, italiana, que se desenvolveram e, junto com a própria língua, passaram por um processo de refinamento, as literaturas do Novo Mundo nasceram com a inegável contribuição da implantação de “membros completos” no *corpus* cultural do Brasil. O plano de conquista do português incluía, como parte da ideia lusitana de colonização, o transplante de uma língua e uma literatura já amadurecida, porém em um mundo totalmente diferente do europeu. Os povos nativos tinham matizes culturais incompatíveis não apenas com as formas expressivas dos colonizadores, mas também com o seu modelo epistemológico (CANDIDO, 2010, pp. 11,12).

Lusofonia tem como significado básico a fala da língua portuguesa especialmente como língua oficial, mas também em bolsões que preservam alguma fala portuguesa, como são os casos de Goa e Macau, e de uma forma mais contundente, a região espanhola da Galícia. O prefixo “luso” está ligado ao antigo nome dos povos que habitavam boa parte da península ibérica, conhecidos como “lusos”, o que levou o Império Romano a estabelecer ali uma de suas províncias com o nome de Lusitânia. A lusofonia, em sua origem, está intimamente ligada ao catolicismo. Falar de cultura portuguesa, especialmente aquela que foi implantada nas colônias, é falar de catolicismo português. A literatura trazida pelos portugueses anunciava uma nova forma de vida e de sociedade. Mais do que criar novas formas de expressão, pregava os valores cristãos e seus conceitos éticos e morais, bem como apontava para a vida metropolitana como o ideal social a ser alcançado pelos autóctones. Era dessa forma que eram afirmadas a

presença de Deus e do rei. As suas respectivas chancelas à língua resultavam sacralização e oficialização. Assim, as cosmovisões dos povos subjugados e a possibilidade de sua expressão foram impedidos pelo monopólio da língua (CANDIDO, 2010, p. 12). Uma vez que a religião católica foi o grande molde da cultura portuguesa, Moisés de Lemos Martins conclui com um silogismo simples: “português, logo católico”. Tal compreensão não significa que todos são praticantes da religião, mas que, ainda que sejam irreligiosos ou mesmo ateus nos dias atuais, a maioria reflete conceitos advindos do catolicismo. Significa dizer que o português tem um sentimento de pertença ao catolicismo como grupo cultural. Equivale dizer também, argumenta o autor, não apenas a pertença subjetiva, mas objetiva, deliberada adesão, ainda que em níveis diversos, ao mesmo sistema simbólico (MARTINS, 1996, p. 97). No caso do Brasil, a herança portuguesa/católica pode ser vista em seu símbolo mais conhecido no mundo: o Cristo Redentor. Praticamente todo brasileiro se identifica de alguma forma com a estátua, ainda que apenas em seu aspecto simbólico e secularizado.

A língua é, possivelmente, o principal elemento cultural de um povo. Ela detém o imaginário constituído e acumulado pelas idas gerações. Como manifestação do vivido, a língua está em constante processo de mudança e adaptação. Uma língua é um “ente” vivo, um universo que tem que estar sempre em expansão. O seu encolhimento significa morte. Por ser mutante e expressão cultural do vivido, é exatamente por isso que, ainda que seja o caso de uma língua imposta, como foi o caso de todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com a óbvia exceção de Portugal, pode-se dizer que a transformação do reino português em império ocasionou a existência de vários tipos de línguas portuguesas (LOURENÇO, 2004, p. 112). No entanto, não seria certo dizer que os povos autóctones passaram a enxergar tudo com “lentes” lusas; nem mesmo que adotaram uma lente bifocal, como se preservassem boa parte de sua língua original para poder expressar-se de forma melhor e mais “pura”. Aconteceram aglutinações e misturas culturais. Embora tenha havido a imposição da língua pelo colonizador, bem como o estabelecimento de seu modelo

de vida europeu cristão como o ideal que devia modelar a existência, deve-se entender que todo processo de colonização é uma relação de trocas culturais. A cultura portuguesa trazida para as colônias imiscuiu-se com aquelas dos que já lá viviam. Portanto, não é possível falar de um imaginário lusófono simplesmente determinado pela fala da língua portuguesa. O que poderíamos chamar de “mundo lusófono” tem seu imaginário marcado necessariamente pela pluralidade e pela diferença, espaço cultural inteiramente fragmentado. Qualquer unidade utópica só pode ser buscada dentro deste universo multicultural. No oceano das culturas de fala portuguesa, a identidade lusófona pode ser encontrada na forma de “ilhas de identidade” pequenas e grandes, quicá algum arquipélago, variando segundo a proximidade ou distanciamento cultural entre os países. Todavia, não se pode atribuir qualquer ilegitimidade aos falantes da língua portuguesa dentro do universo lusófono, muito menos tomar o português falado em Portugal e torna-lo padrão para as demais nações lusófonas. “Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam, nela se falando. Ninguém é seu ‘proprietário’, pois ela não é objeto, mas cada falante é seu guardião, podia dizer-se a sua vestal, tão frágil coisa é, na perspectiva do tempo, a misteriosa chama de uma língua” (LOURENÇO, 2004, p. 124).

É apenas pelo conhecimento do contexto sócio-histórico-cultural de um povo que se torna possível a compreensão dos usos linguísticos ali recorrentes. É incontestável que um único e mesmo idioma reveste-se de sentidos diferentes e específicos, além de formas peculiares, conforme o lócus cultural que projeta, bem como as influências que recebe ou incorpora (BRITO, 2013, p. 43). No universo cultural de um país continental como o Brasil, por exemplo, isso fica muito claro. Na Paulistânia estudada por Antonio Candido, percebe-se que a fala caipira privilegia as vogais em detrimento das consoantes: muié (mulher), cuié (colher), teiado (telhado), mío (milho) etc. Sabe-se que esta característica da fala caipira é reminiscência da língua tupi e, por conseguinte, da língua geral, que tem “dificuldades” com consoantes.

Uma das principais “bandeiras” ferozmente defraldadas e hasteadas pelos que abraçam o antilu-

sofonismo acusa as nações mais desenvolvidas tecnologicamente e industrializadas, principalmente o Brasil de, por meio da lusofonia, materializar interesses políticos e econômicos. De fato, a relativa identidade conferida pela língua é um grande fator explorado para a aproximação comercial. Acaba de ser informado no *Diário Oficial da União*, datado do dia 11 de novembro de 2014, que a marinha brasileira criou um núcleo de missão naval em São Tomé e Príncipe. O objetivo é estreitar relacionamento e propor um acordo de cooperação entre os dois países, especificamente na área de defesa. Recentemente o Brasil doou uma lancha e dois botes para aquela nação africana, visando melhorar a capacidade de sua marinha e seus meios navais na fiscalização de embarcações. O site da CPLP informou a realização do III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocorrido no Brasil entre os dias 8 a 10 de maio de 2012, nas instalações da Escola Naval, na cidade do Rio de Janeiro. O segundo simpósio foi realizado em Angola, em 2010, na cidade de Luanda. Mais do que integração, há interesses comerciais das nações que produzem material de defesa de tornarem-se fornecedores daqueles que falam a mesma língua. Recentemente foi anunciado um acordo entre os governos de Brasil e Angola para a venda de sete navios-patrolha produzidos em estaleiros brasileiros para a marinha angolana. De igual forma, a venda de aviões militares de baixo custo de aquisição e operação e aeronaves comerciais para aviação civil são constantemente oferecidos. O incentivo à plantação de cana-de-açúcar para a produção de etanol e outros acordos envolvendo tecnologias de plantio também são propostos pelo Brasil. As grandes construtoras brasileiras também têm procurado oportunidades, especialmente nos países africanos.

A CPLP, em seu site oficial (www.cplp.org), anuncia a participação dos seguintes estados-membros: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Certamente, são atores muito diferentes no cenário global atual. Segundo pesquisas referentes a 2014 (countrymeters.info), Angola possui população de cerca de vinte e um milhões; Brasil, por volta de duzentos milhões; Cabo-Verde, aproximadamente qui-

nhentos e onze mil; Guiné-Bissau é estimada em um milhão, setecentos e quarenta mil; Guiné-Equatorial tem contingente populacional próximo de setecentos e oitenta mil; Moçambique conta com aproximadamente vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta mil; Portugal alcança dez milhões, quinhentos e sessenta mil; São-Tomé e Príncipe tem cerca de duzentos mil habitantes; e Timor-Leste aproximadamente um milhão, duzentos e setenta mil.

Percebe-se nitidamente, por esses dados, que na soma das populações lusófonas o Brasil se distingue por seus números: tem mais de três vezes a soma das populações dos outros países juntos. Quantitativamente, a língua portuguesa em sua modalidade brasileira é a mais falada do mundo. Além disso, quanto à expressão econômica no cenário global, o Brasil é hoje a sétima maior economia do mundo, e já chegou a ser a quinta. O gigantismo do Brasil parece intimidar as demais nações lusófonas, gerando certo senso de encolhimento e insegurança mesmo a Portugal – aquele sentimento de estar perto de alguém muito grande e, por causa disso, sentir-se pequeno. O resultado de todos esses fatores é um ambiente de desconfiança por parte de muitos. No campo estrito do debate da lusofonia, tal situação coloca os linguistas brasileiros em condição delicada, praticamente uma “espada de dois gumes”: qualquer interferência pode ser percebida como imposição de supremacia; de igual forma, o silêncio ou a pouca participação pode ser entendida como descaso de alguém hegemônico e autossuficiente que não precisa ou não se interessa pelo outro. O antilusofonismo talvez tenha como principais elementos a desconfiança, o ciúme, o medo da influência (linguística, econômica, política, etc.) daquele que se destacará no universo lusófono criando novo imperialismo.

Na prática, percebe-se o antilusofonismo muito presente nas ações e reações ensejadas já no anúncio relativamente recente da intenção da reforma ortográfica. Se entendermos a implantação do acordo de unificação ortográfica como um início de tentativa de uma construção de identidade lusófona, concluiremos que não foi muito bem-sucedida. José Luiz Fiorin explica que duas reações inversamente proporcionais foram vistas. No Brasil, houve quase uma total indiferença,

observada naqueles que diziam algo do tipo: “há coisas mais importantes do que isso” ou “é uma reforma meia-sola, pois não unifica de fato”, além de avacalhações e ironias pejorativas. No outro hemisfério, imbuídos de forte sentimento de propriedade da língua, uma atmosfera beligerante tomou conta de muitos portugueses. A tentativa de se estabelecer um instrumento político de construção de uma comum identidade lusófona parece ter-se implodido. Houve grande confusão por não se esclarecer de forma satisfatória, que não se tratava de unificação da língua, mas, tão-somente, de sua ortografia. A linguista angolana Amélia Mingas chegou a declarar em entrevista ao jornal cabo-verdiano “Expresso das Ilhas”, em 2007, que o acordo ortográfico tinha como objetivo legitimar a variante da língua portuguesa falada no Brasil e impô-la aos demais falantes lusófonos. A admissão de palavras com duplo significado, devido a sentidos diferentes nos países da CPLP, gerou pesada crítica, sendo reconhecida em total incongruência com o objetivo da unificação. Todavia, é exatamente a assimilação da diversidade o ponto mais forte e viabilizador do processo de construção identitária (FIORIN, 2010, pp. 27, 28).

Em Portugal, argumenta Fiorin, foram vários os argumentos levantados contra o acordo ortográfico. Alguns preconizavam o que chamavam de “manutenção da pureza da língua original”. Outros, apaixonadamente, declaravam o “rechaço à brasilianização da ortografia”, aparentemente contaminados com alguma “teoria de conspiração”. Reconhecendo, talvez, escusa pretensão política brasileira, também foi dito que se tratava de “colonialismo dos ex-colonizados” que procuravam impingir “humilhação estatista a Portugal: 1,4% de alterações para Portugal contra uns míseros 0,5% do Brasil”. Ainda que figuras expressivas da linguística em Portugal, como Malaca Casteleiro, Carlos Reis e Maria Helena da Rocha Pereira tenham avalizado o acordo, continua Fiorin, foi publicado no jornal “Público” em 8 de abril de 2008 matéria intitulada “Livreiros e linguistas contra. Brasileiros, timorenses, ex-exilados e galegos, pró”. Fiorin transcreve os pontos, a seus olhos, mais relevantes, das palavras de Vasco da Graça Moura à Assembleia Nacional: 1) “o acordo serve interesses geopolíticos e empresariais brasileiros, em detrimento dos

interesses inalienáveis dos demais falantes de português no mundo, em especial do nosso país”; 2) “é uma lesão de um capital simbólico acumulado e de projecção planetária”; 3) “vai homogeneizar integralmente a grafia portuguesa com a brasileira (...) desfigurando a escrita, a pronúncia e a língua, que são nossas”. Na opinião de Fiorin, realmente trata-se de questão complexa e de interesses diversos. Os pontos levantados em Portugal revelam o senso de posse da língua, de um “purismo” linguístico, além de certa fobia e desdém pelo Brasil. Todavia, em *terra brasilis*, não foi muito diferente, predominando explícita e total indiferença por Portugal (FIORIN, 2010, p. 28).

Por fim, quanto à questão do antilusofonismo algumas questões devem ser levantadas e respondidas: a posse da língua portuguesa é bem histórico de origem, domínio de uma maioria ou pode ser também herança recebida? Em outras palavras, Portugal tem preferência por ser o portador originador da língua? Ou o Brasil, por ser, de longe, a modalidade mais falada no mundo? Ou todos os países colonizados por Portugal passaram a ter direito sobre ela? É incontestável que, embora as duas questões iniciais tenham algum peso, as antigas colônias formataram sua própria língua portuguesa, substancialmente diferentes, verdadeiro legado de Portugal. Cada país colonizado por Portugal recebeu a língua e a assimilou, tendo, portanto, todo o direito de “processá-la”, transformando-a em sua. De igual modo, a língua portuguesa pode conviver com as línguas nativas na grande parte dos países chamados lusófonos, sem nenhum prejuízo para ela ou para o povo que a fala. Embora tais assertivas possam dar respostas ao embate, não anulam sentimentos, desconfianças e opiniões, especialmente aqueles arraigados em nacionalismos das mais variadas espécies. Aparentemente, a aproximação dos países lusófonos só poderá acontecer a passos bastante lentos, à medida que se frouxarem as amarras do antilusofonismo.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, Regina Helena Pires. *Língua e Identidade no Universo da Lusofonia*. São Paulo: Terracota, 2013.

CANDIDO, Antonio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

FIORIN, José Luiz. “Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia”, in: *Língua Portuguesa cultura e identidade nacional*. São Paulo: Editora da PUC, 2010.

GARCIA, Elisa Frühauf. “Guarani, a língua proibida”, in: *Revista de História*. Set/2007.

_____. “O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional”, in: *Tempo Revista Digital de História*, nº 23, julho de 2007 – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v12n23a03.pdf. Acesso em 27/11/2014.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2004.

MARTINS, Moisés de Lemos. *Para uma Inversa Navegação*. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

O AUTOR

Jair de Almeida Junior é graduado em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007), e também pelo Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (1993), Mestre em Novo Testamento pelo Centro de Pós-Graduação Andrew Jumper (2007) e em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2010). Doutorando em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Doutorando em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades pela Universidade de São Paulo. É professor de exegese de Novo Testamento no Seminário Teológico Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. E-mail: almeidajr.jair@gmail.com